

# Alienação, conhecimentos e educação contra-hegemônica

## Alienation, knowledge and counter-hegemonic education

*Silmara Aparecida Lopes\**  
*Verônica Maria Domingues\*\**

**Resumo:** este artigo tem o objetivo discutir as possibilidades da educação formal como um dos mecanismos que pode contribuir para a suplantação da alienação do trabalho. Utiliza-se como recurso metodológico de investigação a pesquisa bibliográfica e o método do materialismo histórico e dialético. Para suplantar a alienação do trabalho capitalista é necessário que as classes trabalhadoras obtenham conhecimentos, mas não quaisquer tipos de conhecimento. Nesse sentido, acredita-se que a pedagogia histórico-crítica (PHC) é uma alternativa que pode contribuir no sentido de guiar para a resistência em relação à sociedade capitalista desumana e degradante, trazendo a esperança de que possamos ter uma sociedade socialista. O papel fundamental dessa pedagogia é o de instrumentalizar por meio dos conhecimentos, tratados de forma intencional, crítica, emancipadora e transformadora, as classes populares, os dominados para que possam compreender as contradições nas quais se encontram inseridos e possam lutar por uma sociedade mais justa e igualitária de fato e não apenas de direito.

**Palavras-chave:** Educação. Alienação. Pedagogia Histórico-Crítica. Marxismo.

**Abstract:** this article has the objective of discuss the possibilities of formal education as one of the mechanisms that can contribute to the overcoming of working alienation. Bibliographical research and the method of historical and dialectical materialism are used as a methodological resource for research. In order to overcome the alienation of capitalist labor, it is necessary that the working classes obtain knowledge, but not just any kind of knowledge. In this sense, it is believed that historical-critical pedagogy (PHC) is an alternative that can contribute towards guiding the resistance to inhuman and degrading capitalist society, bringing hope that we can have a socialist society. The fundamental role of this pedagogy is to instrumentalize through the knowledge, treated in an intentional, critical, emancipating and transforming way, the popular classes, the dominated so that they can understand the contradictions in which they are inserted, as well as fight for a more just and egalitarian society in fact and not just in law.

**Keywords:** Education. Alienation. Historical-Critical Pedagogy. Marxism.

## Introdução

**N**este texto, tem-se como objetivo discutir as possibilidades da educação formal como um dos mecanismos que pode contribuir para a suplantação da alienação do trabalho. Utiliza-se como recurso

---

\* Mestre em Educação, licenciada em Filosofia e Pedagogia. Membro do grupo de pesquisa GPTeFE - Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação - e do Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação – GEPLAGE, ambos da UFSCar – *Campus Sorocaba*. E-mail: <silmaralopes2008@hotmail.com>

\*\* Graduada em História na UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo - *Campus Guarulhos*. E-mail: <veronicaydomingues@hotmail.com>

metodológico de investigação a pesquisa bibliográfica e o método do materialismo histórico e dialético.

O texto encontra-se dividido em duas partes: na primeira proceder-se-á à discussão do conceito de alienação para o senso comum e na perspectiva marxista, bem como as relações entre conhecimentos e o combate às alienações e, na segunda parte, será discutida a questão da educação formal contra-hegemônica e as suas possibilidades de contribuição para a suplantação do sistema capitalista e, conseqüentemente, das alienações engendradas por esse sistema.

Parte-se do pressuposto de que a educação, ainda que elemento determinado, ocupa papel extremamente relevante para que os seres humanos possam obter os conhecimentos acumulados pela humanidade de forma crítica e transformadora por meio de uma educação guiada pela teoria pedagógica histórico-crítica, considerada como a mais adequada para ser colocada em prática na realidade brasileira.

Optou-se em delimitar as análises e as considerações apenas em relação à educação formal, sem desconsiderar que para a suplantação do capitalismo e das alienações por ele engendradas, outras formas de educação são relevantes. Conforme já ensinou Gramsci,

Tôda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas fôrças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (GRAMSCI, 1978, p. 37)

Evidentemente que essa relação pedagógica citada por Gramsci não se limita às relações que ocorrem na escola, mas esta pode ocupar um papel importante tanto para a construção de uma nova hegemonia quanto para a manutenção da hegemonia burguesa.

A construção da hegemonia, além de ser um ato pedagógico, é algo que se conquista por meio da direção política e do consenso, porém sem desconsiderar que a hegemonia além de ser ético-política é também econômica. (GRAMSCI, 1978a, p. 33). Tendo como suporte o pensamento de Gramsci sobre hegemonia, pode-se dizer que a função educativa se torna relevante e imprescindível, já que a educação faz parte do processo para a concretização de uma nova concepção de mundo e para a construção da hegemonia da classe trabalhadora, desde que dirigida para os seus interesses.

De acordo com Gramsci (1978b),

A consciência de fazer parte de uma determinada fôrça hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência apenas instintiva e progride até à posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. (GRAMSCI, 1978b, p. 21)

Esse mesmo autor enfatiza que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa tanto um progresso político prático quanto um progresso no campo filosófico, visto que supõe e implica necessariamente “[...] uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.” (GRAMSCI, 1978b, p. 21).

Sob essa perspectiva, considera-se a educação formal como um ato que também é político e que deve atingir não somente o âmbito individual, mas principalmente o coletivo, e pode se tornar um mecanismo de extrema relevância para os processos de lutas que visam à transformação da sociedade capitalista em socialista e para o processo de suplantação da alienação do trabalho. No entanto, não pode ser qualquer tipo de educação nem quaisquer tipos de conhecimentos, deve ser uma educação voltada aos interesses dos trabalhadores e que ensine conhecimentos vivos, críticos e transformadores, contribuindo para a construção da conscientização da classe trabalhadora como classe dominada que precisa lutar para que outro tipo de sociabilidade seja construído.

Buscar-se-á discutir os conceitos de alienação do senso comum e em Marx e a relevância dos conhecimentos acumulados pela humanidade numa perspectiva crítica e transformadora. Nesse sentido, serão feitos breves apontamentos sobre a pedagogia histórico-crítica (PHC) por considerá-la a mais adequada pedagogia contra-hegemônica a ser colocada em prática no Brasil enquanto possibilidades de se produzir conhecimentos críticos e transformadores para a maioria da população, já que essa pedagogia tem como defesa os interesses das classes trabalhadoras.

Considera-se que a pedagogia histórico-crítica apresenta instrumentos teóricos e práticos para o desenvolvimento de um trabalho educacional comprometido com a transformação por ser ancorado numa prática educativa crítica, questionadora e emancipadora. Sendo coerente com um projeto histórico voltado para a transformação estrutural da sociedade. Neste texto, utiliza-se a expressão contra-hegemônica para indicar sua ligação intrínseca ao conceito de resistência, de luta, de transformação social.

## Conceito de alienação para o senso comum e para a concepção marxista

No mini Houaiss dicionário da Língua Portuguesa, a palavra alienação apresenta os seguintes significados: alheamento e afastamento; transferência de um direito ou bem para outro (s); indiferença em relação às questões sociais e políticas; perda da razão e/ou loucura. (HOUAISS, 2010, p. 34). Tendo em vista essas definições, pode-se dizer que o sujeito comumente conhecido como alienado tem dificuldade de pensar por si próprio, é considerado indiferente em relação às diversas questões da sociedade e, também, pode ser apontado, dependendo das circunstâncias, como aquele que perdeu a razão ou mesmo é um louco.

O significado de alienação que ganhou o senso comum se aproxima do conceito de menoridade kantiana (a dependência ou o uso do raciocínio de outros). No entanto, o sentido ou significado de transferência de bens a outros (que seria o fato de que o trabalhador vende seu trabalho, seu bem precioso, e enriquece outros pela mais-valia no modo de produção capitalista) não é cotidianamente utilizado. Possivelmente, pela falta de conscientização crítica que abrange o pensamento do senso comum. E se distancia do conceito de alienação em Marx que adquire um significado bem mais complexo e esclarecedor do que de fato ocorre para a produção das alienações. Esclarece-se que neste artigo, defende-se o conceito de alienação em Marx, com o auxílio da interpretação de Mészáros. (2016).

Mészáros (2016, p. 40 - grifos do autor), na obra “A teoria da alienação em Marx”, esclarece que a alienação “[...] é um conceito eminentemente histórico. Se o ser humano está ‘alienado’ ele tem de estar alienado de algo.” E que de forma similar a suplantação da alienação “[...] é um conceito inerentemente histórico, que visa à

execução bem-sucedida de um processo que leva a um estado de coisas qualitativamente diferente.”

A alienação apontada por Marx em suas obras está relacionada ao trabalho. Para Marx (2004), não é o trabalho que aliena o homem, mas sim a forma como o trabalho é realizado em uma sociedade capitalista. O indivíduo alienado é aquele que se afasta de si e do produto que produz, porque não se reconhece naquilo que produziu, já que, de modo geral, não tem o conhecimento do produto final de seu trabalho e, muitas vezes, não pode adquirir ou usufruir do produto que ajudou a produzir.

Marx (2004, p. 28) é contundente ao afirmar que “[...] o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si mesmo e a sua humanidade”. O trabalho alienado individualiza o homem e o afasta de seu ser genérico. E o homem afastado de seu ser como membro do gênero humano perde a ligação com a comunidade, tornando-se solitário. Arrancado de si e afastado de seu ser genérico, o homem passa a trabalhar como uma máquina, desumanizando-se.

De acordo com Marx (2007, p. 19), os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem de acordo com a livre vontade; nem a fazem sob circunstâncias por eles escolhidas e “[...] sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. No modo de produção capitalista, as condições alienantes do trabalho, as quais geram outras alienações, impedem o homem de perceber que ele faz parte da história e que é ele que a constrói na relação com os outros.

O trabalho nas condições capitalistas é tão alienante que o ser humano pode se individualizar completamente, não percebendo que faz parte de um conjunto social e que pode transformar essa sociedade. O trabalhador só tem tempo para se preocupar com o trabalho, em como sobreviverá, nas formas como poderá ascender socialmente. E não compreendendo plenamente o poder das alienações engendradas pelo capitalismo, pouco se interessa por outros assuntos, pelos outros homens, não se empenhando em lutar por uma sociedade diferente e qualitativamente melhor. Sendo estranho a si mesmo e aos outros, não percebe que são os homens que fazem a história e se a fazem podem de forma consciente, intencional, organizada e coletiva transformá-la.

Wanderley Codo (1986, p. 8) afirma que o “[...] homem alienado é um homem desprovido de si mesmo. Se a história distancia o homem do animal, a alienação re-animaliza o homem”. O trabalho distancia o homem do animal, pois é uma atividade propriamente humana. Mas as condições em que ele é realizado na sociedade capitalista alienam o homem que se sente estranho em relação ao seu trabalho, perante si mesmo e aos outros seres humanos. Esse mesmo autor ao tratar sobre a questão da alienação no sistema capitalista, afirma que “[...] o homem não pode escapar do sistema em que vive por um ato de consciência individual.” (CODO, 1986, p. 66).

De acordo com esse mesmo autor, o vocábulo alienação tem sido tão utilizado quanto o vocábulo democracia e tão distorcido quanto ele pelo senso comum. E vem sendo utilizado com o sentido de ofensa ou de xingamento, sendo comum ouvir que se um sujeito assiste televisão é um alienado, se não assiste também é; se o sujeito resolve se vestir de jeito diferente também é chamado de alienado, mas se usar terno e gravata idem. A palavra alienação vem sendo utilizada de forma generalizada, ampla e irrestrita pelo senso comum, e esse fato aponta para duas questões: primeira que há uma preocupação com o problema da alienação e segunda que há falta de compreensão sobre esse problema. Codo (1986, p. 88) registra que é preciso colocar as coisas no lugar certo e explica que “[...] embora o processo de alienação sempre

implique uma alteração da consciência, isto não nos permite dizer que a alienação seja um produto da consciência humana”. Ou seja, a alienação não é fruto de nossa consciência ou da ausência dela, a nossa consciência só pode nos alertar de que estamos vivendo um processo alienante, mas isoladamente não é capaz de nos libertar desse processo.

Segundo Codo (1986), hoje em dia acredita-se que o sujeito alienado é somente aquele desinformado. Mas, esse autor, afirma que o sujeito pode ser o mais bem informado possível que, ainda, assim ele sofrerá com as consequências da alienação do trabalho. Porque o que o aliena são as condições, a organização do trabalho e não somente a falta de conhecimentos.

## As alienações engendradas no modo de produção capitalista e as perspectivas de suplantação

A alienação em uma sociedade capitalista fragmenta-se em dois pólos: o indivíduo alienado pode não estar alheio a sua situação de exploração ou ter consciência da exploração e pode estar sendo submetido a um trabalho alienante sem sequer ter consciência disso. Codo (1986) exemplifica essa situação:

Imagine dois trabalhadores: o primeiro sequer sabe que está alienado, acha natural que não participe dos lucros e/ou da mordomia do patrão, espera a morte para viver feliz no céu, justifica sua morte por ela mesma; o segundo é um militante sindical, membro de um partido revolucionário, luta por eliminar a ‘exploração do homem pelo homem’. Os dois trabalham na mesma seção, na mesma fábrica. Qual dos dois é alienado? Você poderá ter respondido, o primeiro, não? Pois teria errado, os dois estão igualmente alienados, a diferença é que o segundo luta contra a alienação, sabe a causa de seus males e como superá-la. Mesmo assim, os dois sofrem do mesmo mal, estão alheios do produto do seu trabalho [...] (CODO, 1986, p.88-89).

Nessa direção, pode-se dizer que mesmo quando o sujeito consegue adquirir consciência individual sobre o fenômeno da alienação do trabalho continuará sofrendo suas consequências. Pois vive numa sociedade alienada, cuja consciência coletiva é alienada pelo fato de que o trabalho assalariado produz a alienação do trabalho, a qual produz outros tipos de alienações.

De acordo com Codo (1986),

[...] se na luta contra a alienação bastassem as armas da palavra, há muito tempo os pedagogos teriam trazido a felicidade. Óbvio que não podemos subestimar o poder da consciência em transformar o mundo, mas daí a imputar-lhe o papel de exclusivo agente de mudança é administrar um remédio que pode matar o doente. Em síntese, não confunda a alienação, um processo econômico, com a consciência fragmentada que a alienação produz. (CODO, 1986, p. 89)

O processo de conscientização, a revolta contra o cotidiano, as várias formas de participação política e social têm um papel muito relevante na luta contra a alienação, porém tomadas de formas isoladas e ingênuas “[...] se assemelham àquela anedota do sujeito que, enfim, encontrou uma luz no fim do túnel. Só que era um trem que vinha em direção contrária.” (CODO, 1986, p. 93). Por isso que suplantar a alienação do trabalho capitalista deve ser um projeto coletivo que deverá envolver vários âmbitos: econômicos, culturais, políticos, etc.

Mészáros (2016) aponta que para Marx quando a atividade produtiva se transforma em trabalho assalariado, acaba por transformá-lo em trabalho alienado. E que a alienação da atividade produtiva somente poderá ser superada definitivamente no âmbito da produção, na forma de organizar todo o processo produtivo. Isso não significa que Marx identifique a suplantação da alienação do trabalho somente pelo âmbito econômico, pelo contrário, ele visualiza que esta deve também ser engendrada em “[...] termos políticos, morais, estéticos etc.” (MÉSZÁROS, 2016, p. 117; 120 - grifos do autor).

A suplantação real da alienação na prática social “[...] é inconcebível sem que se suplante, ao mesmo tempo, as alienações dos campos teóricos”. Esclarece que Marx concebe o processo real de suplantação da alienação [...] como um *intercâmbio dialético* entre esses dois polos: o teórico e o prático-no decorrer de sua *reintegração recíproca*”. (MÉSZÁROS, 2016, p. 107 - grifos do autor).

No modo de produção capitalista, com a divisão do trabalho e o trabalho assalariado, no qual os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho (braços e cérebro) para poder sobreviver, estes se tornam alienados. De acordo com Mészáros (2016), o conceito marxiano de alienação tem quatro aspectos principais: “[...] a) o ser humano está alienado da *natureza*; b) ele está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*); c) do seu ‘ser genérico’ (do seu ser como membro do gênero humano); d) o ser humano está alienado do *ser humano* (dos demais seres humanos)”. (MÉSZÁROS, 2016, p. 20 - grifos do autor)

De acordo com Mészáros (2016, p. 71 - grifos do autor), para Marx o capitalismo é caracterizado como o “princípio do individualismo”. Esse princípio “[...] é analisado como uma manifestação *determinada* pela *alienação do trabalho*, como um dos aspectos principais da autoalienação do trabalho”. Esclarece que Marx, nos *Manuscritos de Paris*, apresenta uma grande ideia sintetizadora: “[...] ‘a alienação do trabalho’ enquanto a causa que está na raiz de todo o complexo das alienações. (MÉSZÁROS, 2016, p. 21 - grifos do autor). Assevera que para Marx em uma sociedade alienada, o próprio processo de fragmentação, de redução do campo científico do infinito possível ao finito, “[...] uma vez que é ‘inconscientemente’ determinado por um conjunto de necessidades alienadas, está fadado a produzir ainda mais alienação: a sujeição do ser humano a instrumentos cada vez mais poderosos feitos por ele mesmo.” (MÉSZÁROS, 2016, p. 98)

Esse mesmo autor afirma que Marx traça a linha de demarcação entre trabalho enquanto manifestação da vida, que é motivado por uma necessidade interior, que seria o lado positivo do trabalho e trabalho enquanto alienação da vida, que seria o trabalho para sobreviver (mas esse trabalho em si não é viver) e como atividade imposta que advém de necessidades exteriores, que seria o lado negativo do trabalho. (MÉSZÁROS, 2016, p. 88).

No que concerne à divisão e alienação do trabalho, Mészáros (2016) interpretando Marx afirma que

[...] a divisão do trabalho se transforma no oposto de seu sentido e função originais. Em vez de libertar o ser humano de sua dependência da natureza, ela continua a criar limitações novas e artificiais, desnecessárias. [...] quanto mais a propriedade privada- obedecendo à lei da concorrência- estende seu poder e domínio, suprimindo o homem-mercadoria com grande abundância de mercadorias, tanto mais tudo se torna sujeito a um poder fora do ser humano. E para tornar a contradição ainda mais nítida, isso se aplica não só ao trabalhador, mas também ao possuidor da propriedade privada. (MÉSZÁROS, 2016, p. 133-134 - grifos do autor)

A alienação do trabalho, no modo de produção capitalista, além de explorar a força do trabalhador que trabalha a maior parte do tempo para enriquecer seus exploradores, dominadores, engendra outros tipos de alienações para os sujeitos (atividades, necessidades artificiais e inúteis que lhes são impostas por todo um complexo de relações e determinações capitalistas), quer sejam dominados ou dominantes, os quais não conseguem escapar das consequências dessas alienações.

A alienação é um processo que afeta negativamente a liberdade, pois coloca obstáculos para que o ser humano possa exercer suas próprias capacidades essenciais, em sua tríplice relação de “[...] ser humano com a *natureza*, com os *‘outros seres humanos’* e *consigo mesmo* [...]” E ao torna-se alienado dos demais seres humanos, da natureza e de si mesmo, as capacidades que “[...] possui como *‘ser universal’* obviamente não podem ser exercidas.” (MÉSZÁROS, 2016, p. 142; 146). Devido à artificialidade da enorme quantidade de necessidades criadas pelas relações do modo de produção capitalista, a questão para Marx se o ser humano avançou ou não na sua liberdade em relação à natureza teve de ser respondida de modo negativo. (MÉSZÁROS, 2016, p. 143)

De acordo com Marx (1982, p. 8-9), a produção não produz somente o objeto de consumo, produz, também, o modo de consumir, criando o consumidor. A produção ao, também, criar o consumidor, cria nos seres humanos as necessidades de consumo (a forma subjetiva da produção ao criar necessidades que muitas vezes são desnecessárias ou inúteis), já que sem necessidades criadas e reproduzidas não haveria consumo e não havendo consumo não haveria produção e nem lucro para os exploradores do trabalho de outros seres humanos.

## Os conhecimentos acumulados pela humanidade e o combate às alienações

Pode-se dizer que para Marx os conhecimentos acumulados pela humanidade devem ser vistos como uma arma revolucionária que não apenas interpreta e critica a realidade, mas que aponta novas possibilidades, novos caminhos, procurando meios para organizá-los e colocá-los em prática. Os conhecimentos para Marx não são mecanismos reformadores como se percebe na concepção idealista. Kant, por exemplo, aponta a relevância da razão (do conhecimento, de obter esclarecimento para sair da menoridade, da dependência dos pensamentos dos outros), porém, não para subverter a estrutura vigente, já que sua perspectiva não é de defesa dos interesses dos dominados, estando voltada para o âmbito individualista e moralista e não para transformação coletiva e estrutural.

No sistema capitalista a educação de qualidade (expressão que é bastante polissêmica e depende do ponto de vista de quem concebe o que é “qualidade” e para quem ela é destinada) é oferecida para poucos. E, além disso, a educação capitalista oferecida às classes populares defende o ponto de vista e os interesses da classe social hegemônica. Atende aos interesses do capital e não pretende contribuir para que os sujeitos possam tomar consciência de sua situação de classe dominada e das alienações engendradas pelas múltiplas relações e determinações capitalistas. Por isso considera-se que uma educação guiada pela teoria pedagógica contra-hegemônica histórico-crítica, mesmo nas condições históricas atuais, poderá contribuir para o processo de suplantação da sociedade capitalista e da alienação do trabalho que é a base das outras alienações.

Marx (2007, p. 49) enfatizou que não é a consciência do homem quem determina o seu ser social, a sua vida, mas, pelo contrário, é a sua vida, o seu ser social que determina a sua consciência. É o modo como está organizada a produção da vida material que condiciona o processo da vida social, política e espiritual.

Adquirir conhecimentos e deles fazer uso correto não é algo tão simples conforme idealizou Kant. Apenas apropriar-se deles não possibilitará que os dominados consigam se emancipar. A educação oferecida pela sociedade capitalista às classes trabalhadoras não tem como finalidades que os sujeitos façam uso crítico da razão, que se percebam enquanto classe dominada, e muito menos que consigam se organizar coletivamente para transformar essa sociedade capitalista num outro tipo de sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Vásquez (2011), a práxis humana tem dois aspectos: um intencional, quando o indivíduo persegue um fim determinado (nesse sentido, a práxis seria a prática articulada com a teoria); e um não intencional, quando a atividade do indivíduo se integra com outras práxis no nível social mais amplo, produzindo resultados globais que fogem a sua consciência e vontade. Para esse autor, na história os elementos não intencionais da práxis dos indivíduos e dos grupos têm predominado. Porém, aponta que o próprio desenvolvimento histórico possibilita uma práxis intencional coletiva e organizada que poderá contribuir para o desenvolvimento da riqueza humana, não de maneira automática e cega como tem acontecido, mas de forma consciente e voluntária, permitindo intervenção na história dos indivíduos. E isso será, segundo o autor, o socialismo que permite uma aposta de esperança num outro mundo melhor para os homens (VÁSQUEZ, 2011).

A educação, ainda, que elemento determinado por múltiplas relações e determinações, pode trazer muitas contribuições e é necessária, quando crítica, para que o sistema capitalista possa ser superado e com ele possam ser suplantadas as alienações que não possibilitam o desenvolvimento pleno do ser humano enquanto ser humano genérico.

Para Mézáros (2016), a alienação torna os sujeitos estranhos ao seu próprio trabalho e numa relação complexa e multifacetada produz outros tipos de alienações que nem mesmo os próprios membros da classe social hegemônica conseguem escapar.

## Relações entre os conhecimentos, a educação formal guiada pela pedagogia histórico-crítica e as possibilidades de suplantação da alienação do trabalho

De acordo com Snyders (2005), a escola reproduz as contradições inerentes à sociedade de classes. Porém, nos interstícios dessas contradições existem possibilidades de se construir uma educação que negue as relações capitalistas vigentes. Pode-se dizer que fazer uso da razão, no sentido de obter conhecimentos, tanto pode ser utilizado para a manutenção do modelo atual de sociabilidade, quanto pode ser utilizado para o processo de suplantação desse tipo de sociabilidade por uma sociedade socialista no sentido proposto por Marx. Nesse sentido, acredita-se que a educação formal guiada pela PHC tem muito a contribuir para os processos de lutas da classe trabalhadora e para a suplantação da sociedade capitalista.

Os trabalhadores têm condições de parar a produção capitalista, uma vez que são a mão de obra que a burguesia precisa para realizar o trabalho. Entretanto, poucos são os que têm consciência de que estão inseridos numa luta de classes e de



que são partes fundamentais para mudar esse sistema. Os sujeitos alienados nem sempre têm consciência de que podem contribuir para mudar os rumos da história. Sendo assim, não se reconhecem como parte das instituições sociopolíticas e socioeconômicas e costumam aceitar passivamente o que é imposto por seus governantes e exploradores.

Essa aceitação passiva de situações negativas, desumanizadoras, acontece porque os sujeitos sofrem os efeitos das ideologias da classe dominante. As ideologias são utilizadas pelos dominantes para ocultar as lutas de classes e para disseminar pensamentos de seus interesses, tais como: o de que as desigualdades sociais sempre existiram como se fossem naturais e não construções sociais; de que alguns sujeitos não melhoram de vida porque não se esforçam, enfatizando a meritocracia que é uma típica ideologia burguesa, dentre outras.

Na sociedade capitalista, o simples fato de alguns sujeitos se tornarem esclarecidos, de adquirirem conhecimentos, não possibilita a revolução apontada por Marx. Somente com os trabalhadores unidos, armados com conhecimentos críticos e transformadores, assumindo um ponto de vista de classe dominada, possibilitaria criar condições para engendrar intencionalmente o processo de lutas radicais visando à suplantação do capitalismo.

De acordo com Mézáros (2016, p. 22), Marx nunca considera isoladamente o problema da relação entre alienação e consciência, mas “[...] como algo que ocupa um lugar determinado dentro do sistema de atividades humanas: como algo apoiado sobre a base socioeconômica e em constante interação com ela.” Assevera que Marx analisa que o trabalho em seu aspecto particular “[...] possui a forma de ‘divisão do trabalho’ capitalista.” E é como atividade estruturada em termos capitalistas “[...] que o ‘trabalho’ é a base de toda a alienação”. Pois, a atividade produtiva quando se desvia de sua função própria de mediar humanamente a relação sujeito-objeto entre ser o humano e a natureza, torna-se atividade alienada. (MÉSZÁROS, 2016, p.78; 81 - grifos do autor).

Parte-se do pressuposto de que somente uma educação na perspectiva contra-hegemônica, tendo como suporte teórico e prático a pedagógica histórico-crítica (PHC), terá maiores possibilidades de engendrar condições para a obtenção de conhecimentos de forma crítica e com vistas à transformação da estrutura vigente. Pois, mesmo sabendo-se que a escola reproduz as contradições inerentes à sociedade de classes, é possível agir nos interstícios dessas contradições construindo uma educação que negue as relações capitalistas vigentes. E a PHC é uma dessas possibilidades.

## A pedagogia histórico-crítica: uma teoria pedagógica contra-hegemônica

Teoria pedagógica contra-hegemônica é uma expressão que tem sido utilizada para conceituar ideias que além de se colocarem como alternativas às pedagogias dominantes contrapõem-se a elas e se articulam aos interesses dos dominados. (SAVIANI, 2008). Esse mesmo autor aponta que na década de 1980 é possível identificar quatro formulações de teorias pedagógicas contra-hegemônicas: a “pedagogia libertadora”, ligada a Paulo Freire; a “pedagogia da prática”, de inspiração libertária, em consonância com os princípios anarquistas; a “pedagogia crítico-social dos conteúdos” que visa à democratização da escola pública, por meio do acesso de todos aos conteúdos culturais acumulados pela humanidade e a “[...] ‘pedagogia histórico-crítica’ que, sendo tributária da concepção dialética na versão do

materialismo histórico, entende a educação como mediação no seio da prática social global.” (SAVIANI, 2013a, p. 67 - grifos do autor).

De acordo com Saviani (2013b),

Efetivamente, a pedagogia histórico-crítica entende a prática educativa como uma atividade mediadora no interior da prática social. Assim sendo, a primeira condição para se atuar de forma consistente no campo da educação é conhecer, da forma mais precisa possível, o modo como se encontra estruturada a sociedade na qual se desenvolve a prática educativa. Como sabemos, a forma de sociedade vigente no mundo atual e, portanto, também no Brasil define-se pelo domínio do capital. [...] A sociedade capitalista é, portanto, dividida em classes com interesses antagônicos. Desse caráter da estrutura social capitalista decorre que o papel da educação escolar será um se ela for posta a serviço do desenvolvimento do capital, portanto, a serviço dos interesses da classe dominante. E será outro, se ela se posicionar a favor dos interesses dos trabalhadores. E não há possibilidade de uma terceira posição. A neutralidade é impossível. É isso o que se quer dizer quando se afirma que a educação é um ato político. (SAVIANI, 2013b, p. 26)

Para Saviani (2007, p. 31), impõe-se como tarefa à pedagogia histórico-crítica a superação “[...] tanto do poder ilusório (que caracteriza as teorias não-críticas) como da impotência (decorrente das teorias crítico-reprodutivistas), colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado”.

Sendo a educação um ato político, significa que ela “[...] não está divorciada das características da sociedade; ao contrário, ela é determinada pela sociedade na qual está inserida.” E que uma das características fundamentais da pedagogia histórico-crítica “[...] é que ela se posiciona claramente a favor dos interesses dos trabalhadores, isto é, da classe fundamental dominada na sociedade capitalista. Daí seu caráter de pedagogia contra-hegemônica inserindo-se na luta pela transformação da sociedade atual.” (SAVIANI, 2013b, p. 26).

Para a sociedade capitalista, o sujeito que adquire conhecimentos, principalmente de forma crítica e transformadora, torna-se uma ameaça potencial. Ao adquirir consciência de sua situação alienante, poderá posicionar-se sob o ponto de vista da defesa das classes dominadas e organizar-se para construir ações visando à transformação da sociedade capitalista num outro tipo de sociabilidade. No entanto, mesmo tendo adquirido conhecimentos, caso não se posicione pela defesa e lutas dos interesses das classes dominadas, tais conhecimentos terão o caráter individualista e burguês visando apenas às reformas ou conquistas individuais, já que o poder da consciência social capitalista é exercido mesmo sobre aqueles que adquirem conhecimentos sobre as ideologias capitalistas. Podendo ser exercido, ainda, mesmo sobre aqueles que defendem o ponto de vista dos dominados, os quais devem exercer a vigilância epistemológica em relação ao poder das alienações. Por isso que o trabalho educativo que objetiva contribuir para o processo de suplantação do capitalismo e, conseqüentemente, do processo de alienação do trabalho deve estar em constante vigilância para não incorrer na reprodução daquilo que critica.

De acordo com Saviani (2013b, p. 27), numa sociedade dividida em classes sociais com interesses antagônicos, como é o caso atual da sociedade brasileira, de modo inevitável a educação escolar move-se “[...] no âmbito da luta de classes quer se tenha ou não consciência disso, quer se queira ou não assumir essa condição.” E ignorar essa situação ou alegar posição de neutralidade “[...] é uma forma objetivamente eficiente de agir em consonância com os interesses dominantes.”

A PHC vem sendo construída como uma teoria pedagógica, cujo empenho é a elaboração de “[...] condições de organização e desenvolvimento da prática educativa escolar como um instrumento potencializador da luta da classe trabalhadora pela transformação estrutural da sociedade atual.” Essa pedagogia se propõe a “[...] articular a educação escolar com a luta da classe trabalhadora pela superação do capitalismo e implantação do socialismo” (SAVIANI, 2013b, p. 44).

A educação escolar é um campo privilegiado de lutas para se estabelecer uma nova concepção de mundo voltada aos interesses dos dominados. Nesse sentido, é de suma importância refletir se a teoria pedagógica que conduz as práticas educativas dos professores atua como um guia que contribui para a manutenção da sociedade capitalista ou para minar as estruturas capitalistas tendo em vista a construção de uma nova hegemonia pelos dominados. A pedagogia histórico-crítica tem como uma de suas características fundamentais o claro posicionamento “[...] a favor dos interesses dos trabalhadores, isto é, da classe fundamental dominada na sociedade capitalista. Daí seu caráter de pedagogia contra-hegemônica inserindo-se na luta pela transformação da sociedade atual” (SAVIANI, 2013b, p. 26).

Os estudos de Gasparin (2012) representam um esforço e uma tentativa de traduzir para a prática docente e discente a pedagogia histórico-crítica, ou seja, apresentam uma didática para colocar em prática essa pedagogia. A pedagogia histórico-crítica apresenta cinco passos: 1º- a prática social inicial dos conteúdos, ou seja, aquilo que os alunos e o professor já sabem; 2º- a problematização ou a explicitação dos principais problemas da prática social; 3º- a instrumentalização que seriam as ações didático-pedagógicas para a aprendizagem, ou seja, é momento para a ação do professor como mediador que propiciará ao aluno o momento em que ele irá apropriar-se o conhecimento e adquirir condições para compreender o conteúdo científico; 4º- a catarse, ou seja, a expressão elaborada da nova forma de entender a prática social e o 5º passo trata-se da prática social final do conteúdo, é o momento de uma nova proposta de ação a partir do conteúdo aprendido. De acordo com Marsiglia (2011), apesar dessa prática pedagógica se apresentar na forma de passos, cada um dos seus momentos articula-se ao outro.

Segundo Gasparin (2012, p. 141), os princípios do método da pedagogia histórico-crítica, “[...] são revolucionários porque não pretendem transformar apenas a escola, mas a própria sociedade”.

Mesmo sob a égide da sociedade capitalista, Saviani (2013b) afirma que a PHC vem procurando articular a escola com os interesses dos trabalhadores. E essa pedagogia aponta que para se libertarem da dominação os dominados precisam dominar o que os dominantes dominam. Empenha-se num trabalho composto por dois momentos orgânicos e simultaneamente articulados: “[...] um momento negativo que consiste na crítica à concepção dominante representada pela ideologia burguesa; e um momento positivo que implica o domínio dos instrumentos teóricos e práticos necessários à transformação social.” (SAVIANI, 2013b, p. 43-44).

Neste artigo, defende-se que a pedagogia histórico-crítica é mais adequada teoria pedagógica contra-hegemônica a ser praticada no Brasil, mesmo nas atuais condições históricas, sociais e econômicas. Considera-se que essa pedagogia pode contribuir para o processo de transformação do capitalismo em socialismo e para o processo de suplantação da alienação do trabalho. A PHC objetiva resgatar a relevância das escolas, a reorganização do processo de ensino e aprendizagem, ressaltando os saberes sistematizados, os quais deverão ser apreendidos pelas classes trabalhadoras de forma intencional, crítica, visando à práxis revolucionária.

A crise histórica que a educação brasileira enfrenta aponta que a educação hegemônica e que serve, portanto, aos interesses dos dominantes não contribui para

que a alienação do trabalho e as outras alienações advindas dessa alienação maior possam ser superadas mesmo por aqueles que puderam adquirir os conhecimentos acumulados pela humanidade, já que essa superação requer a construção de um novo tipo de sociabilidade, na qual os seres humanos possam ter possibilidades de se desenvolverem plenamente.

A pedagogia histórico-crítica vem sendo construída por Saviani e desenvolvida por outros pensadores brasileiros preocupados com uma educação de melhor qualidade para as classes trabalhadoras. Essa pedagogia busca articulação entre a formação geral crítica e transformadora dos sujeitos e a formação voltada para o mundo do trabalho e não apenas para o mercado de trabalho capitalista como ocorre sob a perspectiva das pedagogias não críticas de educação que têm sido oferecidas às classes populares brasileiras.

A PHC possibilita ao professor um trabalho educativo de enfoque mais profundo em relação às possibilidades de apreensão dos conteúdos pelos alunos por meio da utilização dos cinco passos dessa teoria apontados por Gasparin (2012). E para os alunos possibilita uma aprendizagem crítica e transformadora da realidade, já que a abordagem pedagógica é feita por meio da discussão e apreensão de conteúdos vivos, críticos, contextualizados e relacionados com a prática social. A pedagogia defendida por Saviani difere-se das demais pedagogias já implantadas na realidade brasileira (como as pedagogias: tradicional, nova e tecnicista), uma vez que parte da compreensão do homem como ser concreto, ao mesmo tempo em que propõe uma educação que valoriza a apropriação do saber objetivo produzido historicamente. Assim, considera que os dominados somente poderão se libertar quando vierem a dominar aquilo que os dominantes dominam, ou seja, os saberes acumulados pela humanidade. No entanto, deverão dominá-los como arma intencional e crítica para transformar a sociedade.

Batista e Lima (2012, p. 21), apontam que o capitalismo luta, seguindo sua lógica expansionista, para não apenas transformar a educação em mercadoria, mas, principalmente, para “[...] destituir a educação dos trabalhadores de qualquer conteúdo que lhes permita a compreensão da realidade- o que no caso significa compreender a exploração do seu trabalho”. A PHC tem como um de seus compromissos justamente desvendar as ideologias burguesas pela crítica ao sistema capitalista de vida, posicionando-se como pedagogia que luta para a transformação da sociedade capitalista em socialista.

## Considerações finais

No sentido compreendido pelo senso comum o sujeito alienado fica sujeito aos pensamentos e às ideologias disseminadas por outros que os dominam e os exploram. Entende-se que o conceito de alienação tem o seu sentido bastante diferente em Marx que analisou suas consequências na sociedade capitalista e apontou caminhos para a sua suplantação. O que aliena o homem não é somente ter poucos conhecimentos, mas, também, as formas como o trabalho é organizado no modo de produção capitalista, produzindo alienações tanto para trabalhadores quanto para seus exploradores.

Um sujeito esclarecido como na concepção kantiana pode até saber que está sendo alienado e até mesmo criticar algumas situações, mas deve continuar obedecendo às leis, às prescrições. Contribuindo, assim, para a reprodução das ideias capitalistas. Para Kant (1784), a “revolução” deveria ocorrer através da emancipação dos pensamentos. Relacionando a ideia de Marx com a ideia de Kant sobre revolução,

percebem-se divergências cruciais de perspectivas: enquanto para um é preciso criticar a realidade e intervir nela para transformá-la para o outro a perspectiva é idealista, de âmbito individual e de caráter moral bastante ligada, portanto, à defesa e manutenção da estrutura vigente. Para Marx (1982, p. 25), é a vida real do sujeito (o seu ser social) que determina sua consciência e para Kant é a consciência pelo trabalho da razão que teria o suposto poder mágico de mudar o seu ser social. Para este o esforço em nível do pensamento (uso da razão; educação moral; perspectiva individual) seria capaz de transformar a realidade.

Para suplantar a alienação do trabalho capitalista é necessário que os trabalhadores obtenham conhecimentos. No entanto, somente os conhecimentos não bastam, estes precisam levar os sujeitos a posicionarem-se sob o ponto de vista e defesa dos interesses dos dominados, para que, então, possam coletiva e intencionalmente organizar lutas contra o sistema que os oprime e os aliena. Intervindo de forma radical na realidade e contribuindo para o processo de transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista e para a suplantação da alienação do trabalho.

Se todos os trabalhadores pudessem adquirir consciência crítica e transformadora de que estão sendo alienados, compreenderiam melhor que fazem parte da história e que a constroem. Portanto, podem transformá-la. Enquanto as reformas políticas só mudam o poder de mão, alterando as ideologias vigentes sem mexer na estrutura econômica, o uso da razão de forma crítica, intencional, organizada coletivamente, e com tomada de posição em defesa e luta dos interesses dos trabalhadores, dos dominados, pode contribuir para o processo de libertação dos sujeitos da alienação do trabalho capitalista que engendra outros tipos de alienações, as quais contribuem para a criação de necessidades inúteis e artificiais para os seres humanos.

O papel da educação contra-hegemônica que se posiciona em contraposição à hegemonia burguesa, é crucial para a construção de condições que contribuirão para a derrocada do capitalismo e, conseqüentemente, do processo de suplantação da alienação do trabalho. É pela educação contra-hegemônica na perspectiva da PHC que se acredita nas possibilidades de adquirir consciência de classe (que se traduz no reconhecimento e na defesa dos interesses da classe trabalhadora do ponto de vista econômico, político, social, cultural), consciência crítica e transformadora em nível coletivo para lutar em prol dos processos intencionais que visam à transcendência da alienação do trabalho.

Para obter a consciência de que está sendo alienado o sujeito precisa passar pelo processo de aquisição de conhecimentos para poder compreender as relações sociais nas quais se encontra envolvido. Conforme já afirmou Saviani (2007), os dominados precisam dominar os conhecimentos que os dominantes dominam. Entretanto, sabe-se que não serão quaisquer tipos de conhecimentos que contribuirão para a superação da sociedade capitalista. Estes precisam ser ensinados numa perspectiva crítica e transformadora dessa realidade injusta, desigual e alienadora engendrada pelo capitalismo e precisam ter como guia a defesa das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, considera-se a educação formal na perspectiva de uma educação guiada pela pedagogia histórico-crítica (que se posiciona para enfrentar a hegemonia burguesa e a superação do capitalismo pelo socialismo) como mecanismo social de suma importância e que tem muito a contribuir para os processos de lutas e de construção de um novo tipo de sociabilidade em que a alienação do trabalho possa ser suplantada. Possibilitando que os seres humanos possam adquirir mais liberdades, não tendo que vender sua força de trabalho para gerar riquezas para seus

exploradores e, com isso, não conseguindo se realizar plenamente enquanto gênero humano.

Essa pedagogia assume a educação como um processo de formação humana, ou seja, entende que o ato de educar encontra seu valor quando busca promover a emancipação humana. Nesse sentido, é que se considera essa pedagogia a mais adequada para o contexto sócio histórico atual das escolas brasileiras cuja educação oferecida para as classes trabalhadoras é uma educação pobre para os pobres e que contribui muito mais para alienar do que para tornar os alunos capazes de refletir sobre suas realidades degradantes e desumanas. A PHC aponta para uma prática educativa comprometida com o ser humano, valoriza os conteúdos, a aquisição dos conhecimentos pelos alunos e, principalmente, a transformação da prática social pela práxis (prática articula à teoria) intencional e coletivamente organizada.

A pedagogia histórico-crítica é uma alternativa para a educação brasileira no sentido de que pode contribuir como um guia para a resistência em relação à sociedade capitalista desumana e degradante, trazendo consigo a esperança da construção de uma sociedade socialista. Nesse sentido, o papel fundamental dessa pedagogia é o de instrumentalizar, por meio dos conhecimentos sistematizados (que deverão ser ensinados de forma intencional, crítica, transformadora e emancipadora), as classes trabalhadoras, os dominados para que estes possam compreender as contradições nas quais se encontram inseridos e possam lutar por uma sociedade mais justa e igualitária de fato e não apenas de direito.

## Referências

BATISTA, E. L.; LIMA, M. R. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica transformadora: da consciência filosófica à prática revolucionária. In: MARSIGLIA, A. C. G.; BATISTA, E. L. (orgs.). **Pedagogia Histórico-Crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. p. 1- 36.

CODO, W. **O que é Alienação?** 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural: 1986.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

KANT, I. (1784) **Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?”** Tradutor Artur Morão. Disponível em:  
<[http://www.lusosofia.net/textos/kant\\_o\\_iluminismo\\_1784.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2017.

MARSIGLIA, A. C. G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação contemporânea)

MARX, K. **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Traduções de Edgard Malagodi. [et al.] –São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas)

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução e Notas Jesus Ranieri. 1ª ed.-São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 39ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. Teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil. **Revista Ideação**. Centro de Educação e Letras. Unioeste. Campus Foz do Iguaçu, v. 10, n. 2, p. 11-28, 2º sem. 2008.

SAVIANI, D. Gramsci e a educação no Brasil. In: LOMBARDI, J.C; MAGALHÃES, L. da R.; SANTOS, W.da S. (Org.). **Gramsci no limiar do século XXI**.1 ed. digital. Campinas-SP: Librum Editora, 2013ª, p. 60-79

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez.2013b.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005.

VÁSQUEZ, A, S. **Filosofia da Práxis**. 2ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

**Recebido em: 12/12/2017.**

**Aceito em: 10/02/2018.**